

# Empresas alfabetizam para melhorar a produtividade

Diante de uma força de trabalho inapta para aprender e realizar as tarefas do processo de produção industrial, algumas empresas brasileiras estão se vendo obrigadas a oferecer a seus empregados aquilo que a escola e o Estado não conseguiram garantir: a alfabetização. Em um ano, a Fundação Educar — repartição do MEC que, desde novembro de 1985, substituiu o falido Mobral na educação de adultos — foi procurada por 25 empresas que queriam, em convênio, organizar cursos de alfabetização e 1º grau para seus funcionários.

Não se trata aqui de ensinar as primeiras letras a gente que não sabe sequer assinar o nome. O alvo são pessoas que, já no mercado de trabalho, diplomadas no 1º e até no 2º grau, não conseguem compreender as instruções que lêem num manual, preencher corretamente um formulário ou realizar simples operações de multiplicar e dividir. Ao organizar cursos para os trabalhadores, a motivação dos empresários não é beneficente: por deficiências como essas, um empregado pode, em vez de gerar os lucros esperados, causar sérios prejuízos ao patrão.

— Uma vez chegou aqui um empresário desesperado porque os empregados de sua fábrica, sem compreender direito as instruções para a operação de uma máquina, haviam, quebrado um equipamento no valor de 50 mil dólares — conta

betos na América Latina. O presidente escritor teria de encontrar adjetivo mais forte se vigorasse no Brasil o critério americano para definir analfabetismo. Nos Estados Unidos, onde praticamente toda a população sabe assinar o nome, trabalha-se com a noção de “analfabetismo funcional”: é analfabeto quem não consegue usar a leitura como instrumento para lidar com as tarefas do dia-a-dia. Vistos assim, os analfabetos brasileiros saltariam de 20 para 57 milhões.

— Da população economicamente ativa no Brasil, cerca de 98 milhões de pessoas (58,3%) não têm mais do que o quarto ano primário. Considerando a qualidade desse 4º ano primário, é perfeitamente legítimo, dentro de critérios mais amplos, considerar essas pessoas analfabetas. Elas são analfabetas pelo menos para uma economia que se informatiza a cada dia — teoriza Vicente Barreto.

De fato, segundo Barreto, a principal queixa dos empresários é a incapacidade dos trabalhadores de aprender, através da leitura e do estudo, métodos novos e mais avançados de produção. Os cursos de treinamento em novas técnicas são virtualmente inúteis, pois os trabalhadores não conseguem compreender as apostilas. “Além disso, para os trabalhos de escritório, está cada vez mais difícil encontrar candidatos a emprego que tenham a noção clara de que escrever é mais do que desenhar letrinhas, e sim comunicar um pensamento”, afirma o empresário Renato Vilela, presidente da Nutrícia, que produz o adoçante Dietil, no Rio.

## Questão de números

Ao lado do analfabetismo, há outro fenômeno para o qual sequer existe palavra em português. Em inglês britânico,

são chamadas de *innumerate* (por analogia com *illiterate*, que significa analfabeto) as pessoas que não conseguem lidar com números: fazer divisões ou multiplicações mais longas, somar frações, trabalhar com decimais, calcular uma média. A Nutrícia, de Renato Vilela, foi cenário de um exemplo dramático desse fenômeno.

Espantado e aborrecido com as astronômicas contas de telefone que estava pagando em sua empresa, Vilela analisou os extratos e descobriu um número extraordinário de impulsos errados nas ligações interestaduais. Comentou o assunto com um amigo, que lhe sugeriu aplicar um teste de alfabetização nas telefonistas. A princípio, Vilela achou boba a

sugestão, inútil, pois sempre exigira dos empregados na mesa telefônica que tivessem o 2º grau completo. Afinal, cedeu, aplicou o teste e descobriu que algumas telefonistas confundiam o algarismo seis com o nove — o que, para alguns teóricos, é um dos traços do analfabeto absoluto. Explicava-se assim por que discavam tantos números errados. As contas voltaram ao normal depois que Vilela organizou no semestre passado um curso de educação básica para os empregados da Nutrícia.

## Questão permanente

Desde a transformação do Mobral em Fundação Educar, houve uma mudança na política oficial de educação de adultos. Ao contrário de seu antecessor, a Educar não tem salas de aula, não ensina diretamente aos analfabetos. Sua atuação se dá através de convênios com as mais diferentes instituições da sociedade: prefeituras, associações de moradores, paróquias religiosas, sindicatos e empresas. A sociedade entra com os alunos, as salas de aula e os professores; a Educar com a metodologia, a formação de pessoal e o material didático.

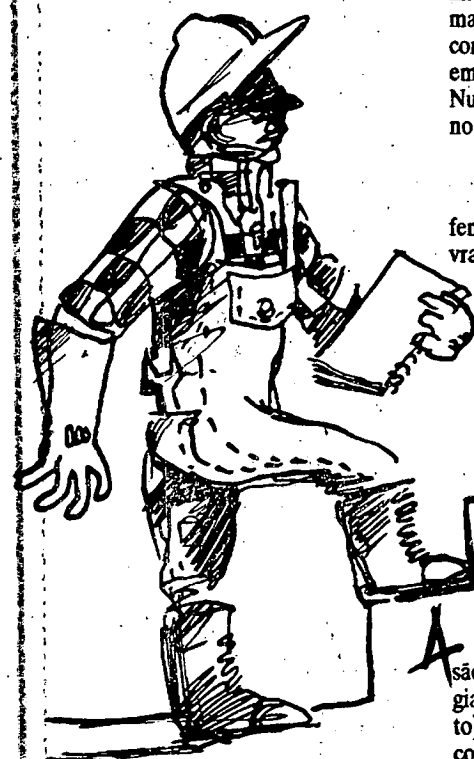
— A educação não é uma meta que

se atinge uma vez e nunca mais. É um processo continuado e permanente, que só se realiza se diretamente ligado à realidade das pessoas. Não tem sentido a Fundação ter os analfabetos dela, para educar dentro de um padrão único e inflexível. É mais interessante funcionar como coordenadora e repassadora de recursos para que a sociedade, sob as mais diversas formas, dê conta de seus analfabetos — analisa Vicente Barreto.

Entre os pouco mais de 2 mil convênios assinados pela Educar este ano, a grande maioria é com as prefeituras: 1 mil 700. Os restantes foram assinados com igrejas, obras religiosas, associações de moradores e sindicatos. Os convênios com empresas ainda são absoluta minoria: 25 apenas, nenhum no Rio de Janeiro. Em compensação, a Norberto Odebrecht, empresa de construção pesada, tem 40 turmas para a alfabetização de 1 mil 161 peões numa obra em Porto Velho, Rondônia. A construtora Andrade Gutierrez tem 156 trabalhadores num curso de educação básica, também convênio com a Educar, em Presidente Figueiredo, no Amazonas.

Algumas empresas encontraram sis-

temas originais de ensino e educação. No Paraná, a sala de aula dos empregados da Rede Ferroviária Federal funciona num vagão de trem. Ele se locomove de Ponta Grossa a Curitiba para atender aos ferroviários. “O ensino tem de se adaptar ao ritmo, ao tempo e às atividades dos trabalhadores”, afirma Vicente Barreto. “De outra forma, está fadado ao fracasso, como aconteceu com o Mobral, que queria que adultos estudassem de forma idêntica aos alunos da escola regular, de março a dezembro”. Para o convênio com uma colônia de pesca em Pernambu-



o advogado e jornalista Vicente Barreto, presidente da Fundação Educar.

## Questão de Critério

O presidente Sarney, num encontro com técnicos da Organização dos Estados Americanos (OEA), qualificou de “inaceitáveis” os números do analfabetismo brasileiro: oficialmente, 20 milhões, constituem a metade de todos os analfa-

co, a Educar preparou módulos especiais que servem a cursos em que as aulas não são diárias: às vezes os pescadores passam temporadas no mar.

Mais do que com empresas, a Fundação Educar tem convênios com sindicatos. Isso porque, se o analfabeto dói no bolso do capitalista ao comprometer a produtividade da empresa, ele também atrapalha os movimentos dos trabalhadores. “As lideranças operárias do ABC paulista sabem que um grande número de trabalhadores tem dificuldades para ler o material preparado pelo sindicato e que o movimento perde com isso”, explica Vicente Barreto. Por isso mesmo, Barreto insiste que a educação de adultos não é uma “questão sentimental”.

— Não se trata de fazer a foto da velhinha que aprendeu a escrever aos 70 anos. Dos 20 milhões de analfabetos brasileiros, 14 milhões têm entre 15 e 30 anos, sem contar aí os jovens entre 10 e 14 anos que já estão fora da escola. É o melhor da nossa força de trabalho. Mas, se contamos com ela para passar da economia industrial à informatizada, o mínimo que se espera é que estas pessoas possam aprender a ler.